



**REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE PROCURADORES-GERAIS
DO MINISTÉRIO PÚBLICO DOS ESTADOS E DA UNIÃO-
CNPG – 21-08-2015**

ATA 09/2015

1 Aos 21 dias do mês de agosto do ano de dois mil e quinze, às 09:00 horas, na sala de reuniões do
2 Hotel Confort Suites Flamboyant, em Goiânia – GO, em Reunião do Conselho Nacional de
3 Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União – CNPG, estiveram presentes
4 os Excelentíssimos (as) Senhores (as): Dr. Lauro Machado Nogueira, Procurador-Geral de Justiça
5 do Estado de Goiás, Presidente do CNPG; Dr. Oswaldo D’Albuquerque Lima Neto, Procurador-
6 Geral de Justiça do Estado do Acre; Dr. Sérgio Rocha Cavalcanti Jucá, Procurador-Geral de
7 Justiça do Estado de Alagoas; Dra. Maria do Socorro Pelaes Braga, representando o Dr. Roberto
8 da Silva Álvares, Procurador-Geral de Justiça do Estado do Amapá; Dr. Carlos Fábio Braga
9 Monteiro, Procurador-Geral de Justiça do Estado do Amazonas; Dr. Márcio José Cordeiro Fabel,
10 Procurador-Geral de Justiça do Estado da Bahia; Dr. Leonardo Roscoe Bessa, Procurador-Geral
11 de Justiça do MPDFT; Dr. Josemar Moreira, Subprocurador-Geral de Justiça do Estado do
12 Espírito Santo; Dr. Paulo Roberto Jorge do Prado, Procurador-Geral de Justiça do Estado do Mato
13 Grosso; Dr. Carlos André Mariani Bittencourt, Procurador-Geral de Justiça do Estado de Minas
14 Gerais; Dr. Jorge de Mendonça Rocha, representando o Dr. Marcos Antônio Ferreira das Neves,
15 Procurador-Geral de Justiça do Estado do Pará; Dr. José Raimundo de Lima, representando o Dr.
16 Bertrand de Araújo Asfora, Procurador-Geral de Justiça do Estado da Paraíba; Dr. Gilberto
17 Giacóia, Procurador-Geral de Justiça do Estado do Paraná; Dr. Carlos Augusto Arruda Guerra de
18 Holanda, Procurador-Geral de Justiça do Estado de Pernambuco; Dr. Cleandro Alves de Moura,
19 Procurador-Geral de Justiça do Estado do Piauí; Dr. Ertulei Laureano Matos, representando o Dr.
20 Marfan Martins Vieira, Procurador-Geral de Justiça do Estado do Rio de Janeiro; Dr. Clayton
21 Barreto de Oliveira, representando o Dr. Rinaldo Reis Lima, Procurador-Geral de Justiça do
22 Estado do Rio Grande do Norte; Dr. Marcelo Lemos Dornelles, Procurador-Geral de Justiça do
23 Estado do Rio Grande do Sul; Dr. Airton Pedro Marin Filho, Procurador-Geral de Justiça do
24 Estado de Rondônia; Dr. Sandro José Neis, Procurador-Geral de Justiça do Estado de Santa
25 Catarina; Dr. José Carlos Cosenzo, representando o Dr. Marcio Fernandes Elias Rosa,
26 Procurador-Geral de Justiça do Estado de São Paulo; Dr. José Rony Silva Almeida, Procurador-
27 Geral de Justiça do Estado de Sergipe; Dr. Clenan Renaut de Melo Pereira, Procurador-Geral de
28 Justiça do Estado do Tocantins; Dr. Marcelo Weitzel Rabello de Souza, Procurador-Geral de
29 Justiça do MPM; Dr. Jeferson Luiz Pereira Coelho, representando o Dr. Luís Antônio Camargo de
30 Melo, Procurador-Geral de Justiça do MPT; Dr. Rodrigo Janot Monteiro de Barros, Procurador-
31 Geral da República e Presidente do CNMP; Dra. Norma Angélica Reis Cavalcanti, Presidente da
32 CONAMP; Dr. Otávio Brito Lopes, Conselheiro do Conselho Nacional do Ministério Público; Dr.
33 Esdras Dantas de Souza, Conselheiro do Conselho Nacional do Ministério Público; Dr. Fábio
34 Bastos Stica, Conselheiro do Conselho Nacional do Ministério Público; Dr. Fábio George da Cruz
35 Nóbrega, Conselheiro do Conselho Nacional do Ministério Público; Dr. Orlando Rochadel,
36 Conselheiro do Conselho Nacional do Ministério Público; Dr. Manuel Pinheiro Freitas, Assessor
37 Internacional do CNPG; Dr. Clodoaldo Silva da Anunciação, Secretário-Executivo do GNDH;
38 Dra. Roberta Pondé Amorim de Almeida, Secretária-Executiva do CNPG. Presentes, ainda, como



**REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE PROCURADORES-GERAIS
DO MINISTÉRIO PÚBLICO DOS ESTADOS E DA UNIÃO-
CNPG – 21-08-2015**

ATA 09/2015

1 convidados, Dr. Benedito Torres Neto, presidente da Associação Goiana do Ministério Público e
2 Dr. Abraão Júnior Miranda Coelho, Corregedor-Geral do MPRO. **INICIADOS OS**
3 **TRABALHOS:** após cumprimentar os presentes, o Presidente externou o apoio do CNPG à
4 recondução de Rodrigo Janot ao cargo de Procurador-Geral da República e parabenizou os novos
5 conselheiros do CNMP presentes, Drs. Otávio Brito Lopes e Fábio Bastos Stica. Em seguida,
6 franqueou a palavra aos demais membros e convidados, tendo o Dr. Rodrigo Janot abordado
7 acerca de ações do MPF e sobre o papel institucional do Ministério Público Brasileiro. Em
8 seguida, vários dos presentes externaram o apoio à recondução de Rodrigo Janot ao cargo de
9 Procurador-Geral da República e ao trabalho da PGR, sendo eles: Dra. Norma Angélica Reis
10 Cavalcanti, Dr. Benedito Torres Neto, Dr. Leonardo Roscoe Bessa; Dr. Fábio George; Dr.
11 Abraão Júnior Miranda Coelho; Dr. Marcelo Lemos Dornelles; Dr. Gilberto Giacóia. Retomou a
12 palavra o Dr. Rodrigo Janot que comentou acerca de decisão recente do STJ que reconheceu a
13 legitimidade do MP para ajuizamento de ações que visam melhorias no sistema prisional e a
14 competência do Judiciário para intervir nas políticas públicas que tangenciam o tema, ressaltando
15 a dimensão da decisão. Salientou o PGR a existência de programa denominado “Segurança Sem
16 Violência”, do CNMP, que será implantado brevemente em decorrência desta decisão. Ainda,
17 comunicou aos presentes que no início de setembro será instalada uma sala de apoio aos PGJs na
18 sede do CNMP. Sobre a questão do sistema prisional, o Dr. Carlos André Mariani Bittencourt e o
19 Dr. Marcelo Lemos Dornelles traçaram breves considerações sobre a realidade e problemas
20 enfrentados em seus respectivos Estados. **Passou-se, em seguida, aos temas da pauta**
21 **propriamente dita:** foi aprovada, por unanimidade, a ata relativa à reunião ordinária do dia 31 de
22 julho de 2015. Seguiram-se as comunicações acerca do andamento de representação endereçada à
23 PGR, em que se questiona a Resolução nº 154/CNJ, que trata da destinação das penas pecuniárias,
24 bem como sobre proposta de Resolução do CNMP sobre a publicação de decisões de órgãos
25 colegiados do MP. Sobre esta última (Processo CNMP nº 1675/2014-80), ficou assentado que
26 caso algum dos presentes queira encaminhar sugestões de alteração do texto, poderá fazê-lo pela
27 secretaria do CNPG. Prosseguindo, o Dr. Marcelo Weitzel Rabello de Souza repassou
28 informações sobre curso de combate ao terrorismo, que abordará temas tais como: legislação,
29 guerra cibernética e inteligência, solicitando apoio do CNPG, com indicação de membros para
30 participação. Em seguida, foi apresentada sugestão do Ministério Público de Minas Gerais para
31 indicação de membro para coordenação da área eleitoral em cada um dos Estados e DF,
32 ressaltando, contudo, a oneração no orçamento. A presidência sugeriu que o Dr. Carlos André
33 Mariani Bittencourt, PGJ-MG, encaminhasse a minuta que instituiu a referida coordenação no
34 âmbito do MP mineiro para submissão aos demais membros do colegiado e apreciação da
35 proposta na reunião seguinte, em 22 de setembro. Quanto ao tema seguinte da pauta – situação
36 orçamentária do MP, a Presidência deliberou, com anuência dos demais, pela postergação para
37 reunião futura e solicitou aos presentes que respondessem aos formulários já encaminhados pela
38 Secretaria Executiva para compilação de dados. Em seguida, o assessor internacional do CNPG,



**REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE PROCURADORES-GERAIS
DO MINISTÉRIO PÚBLICO DOS ESTADOS E DA UNIÃO-
CNPNG – 21-08-2015**

ATA 09/2015

1 Dr. Manuel Pinheiro Freitas, apresentou o plano de trabalho da aludida assessoria para o segundo
2 semestre de 2015, cujos focos serão a articulação política e cooperação técnica com órgãos
3 internacionais e a busca por aperfeiçoamento profissional a baixo custo, voltado às atividades
4 práticas. Passou-se, então, ao item seguinte da pauta - apreciação dos requerimentos e propostas
5 de notas técnicas do GNDH, apresentados pelo Presidente do GNDH, Dr. Márcio José Cordeiro
6 Fahel e pelo Secretário-Executivo do GNDH, Dr. Clodoaldo Silva da Anunciação. Foram
7 submetidas ao plenário a Nota Técnica nº 2/2015 da Comissão Permanente da Infância e
8 Juventude do GNDH, contrária à redução da idade para responsabilização penal, e a Nota Técnica
9 nº 3/2015, da mesma comissão, que trata da redução da idade mínima do trabalho infantil. Ambas
10 as notas foram homologadas pelo plenário, à unanimidade. Os demais enunciados propostos pelas
11 comissões do GNDH e a nota pública contrária às Emendas Constitucionais em trâmite que
12 pretendem reduzir a idade mínima de admissão ao trabalho tiveram a apreciação postergada para a
13 próxima reunião. O Presidente do GNDH apresentou demanda para que fosse autorizada, ainda
14 neste ano de 2015, mais uma reunião do grupo, o que foi indeferido pelo plenário em razão de
15 contenção de despesas. Seguiu-se apresentação do Presidente de proposta de termo de cooperação
16 técnica a ser firmado entre o CNPG e a União, representada pelo Ministério do Desenvolvimento
17 Agrário, visando ao estabelecimento de esforços para proteção dos bens, valores e direitos
18 relativos às máquinas e equipamentos doados às prefeituras no âmbito do Programa de Aceleração
19 do Crescimento. O termo foi aprovado à unanimidade. Em seguida, o Presidente informou que o
20 item 4 – propostas de combate à corrupção, seria retirado da pauta, a pedido do Dr. Márcio
21 Fernando Elias Rosa. Por fim, eu, Roberta Pondé Amorim de Almeida, Secretária-Executiva do
22 CNPG, lavrei esta ata, a qual vai assinada por mim e pelos integrantes do Conselho Nacional de
23 Procuradores-Gerais de Justiça do Ministério Público dos Estados e da União presentes.